

## URRACA E TERESA: O PARADIGMA PERDIDO\*

Esta comunicação integra-se num projecto de investigação mais amplo, que pretende elucidar a génese literária e a funcionalidade ideológica de uma galeria de poderosas figuras de mulheres medievais hispânicas cuja memória se ergue das profundezas do passado onde história e lenda se confundem, e a quem a tradição narrativa envolveu numa aura maléfica distintiva. O meu ponto de partida para o estudo deste fenómeno foi a representação que dessas mulheres veicula a cronística em vernáculo de raiz alfonsina, complementada com excursos por textos historiográficos anteriores ou por romances velhos quando tal permitisse clarificar aspectos mais problemáticos das imagens e personagens em causa<sup>1</sup>.

Os nomes que imediatamente ocorrem quando se invoca neste contexto o binómio poder/maldade são a infame D. Lambra, tia dos Sete Infantes de Lara, a traidora condessa Sancha, casada com Garci Fernandez de Castela, e a deserdada Infanta Urraca de Leão, irmã de Afonso VI. Independentemente da natureza lendária ou da comprovada existência histórica destas personagens, é incontroverso o carácter fabuloso dos episódios por elas protagonizados. Aí, elas surgem cobiçosas de poder e mestras na palavra, tecendo com fio de intriga sobre trama de luxúria a morte ou a desdita dos homens que as rodeiam – seus parentes muito próximos, por sangue ou por aliança. Enquadram-se as três num mesmo esquema imagético, sugestivamente designado por paradigma de Jezabel<sup>2</sup>, no qual ambição, luxúria, transgressão e excesso se equivalem, em termos simbólicos, como marca de uma mesma natureza

---

\* Comunicação apresentada ao Congresso Internacional *In marsupiiis peregrinorum. Circulación de textos e imaxes arredor do Camiño de Santiago na Idade Media*, Santiago de Compostela, 24 a 28 de marzo de 2008, em cujas actas aguarda publicação.

<sup>1</sup> Ver, a este respeito, o estudo preliminar de M<sup>a</sup> do Rosário Ferreira, “La mère d’Adam, Femmes et pouvoir dans l’historiographie hispanique médiévale”, *Guarecer on-line*, Março de 2008, URL: <http://seminariomedieval.com/La%20M%E8re%20d%27Adam.pdf>.

<sup>2</sup> Ver Martha Krow-Lucal, “The Jezebel Paradigm: construction of an image for doña Lambra and doña Urraca” in *Oral Tradition and Hispanic Literature: Essays in Honor of Samuel G. Armistead*, ed. Mishael M. Caspi, New York, Garland, pp. 353-383, 1995.

demoníaca empenhada na destruição da ordem instituída e daqueles que dela são representantes e guardiões.

Segundo defendi já<sup>3</sup>, o processo de estereotipia demonizadora que, na tradição narrativa hispânica medieval em língua vulgar, afectou as figuras de mulheres poderosas decorria não de um imperativo misógino global, mas daquilo que poderia chamar-se uma misoginia funcional, incidindo com precisão em personagens femininas explícita ou implicitamente indiciadas como figuras de autoridade. Mulheres reconhecidas como possuidoras de uma esfera de poder próprio, um poder sentido como gravoso e abusivo – como concorrente, enfim – pelas instâncias que presidiam à escrita, esse instrumento do poder por excelência, numa sociedade androcêntrica. Assim, o processo de demonização da personagem feminina, condenando em bloco os actos e as motivações desta, tinha como efeito lançar o anátema da ilegitimidade sobre o poder que ela detinha e exercia.

Como também já mostrei, ao contrário do que a muita atenção que os episódios jezabelianos têm merecido por parte da crítica poderia levar a pensar, o processo de codificação imagético-simbólica negativa a que as personagens femininas foram submetidas – resultando em curtas sequências narrativas, que mais do que abrir a problemática a fechavam sobre si própria num julgamento inapelável –, não aumentava a visibilidade destas no panorâma historiográfico, antes tendia a controlar o excessivo protagonismo por elas assumido numa memória – escrita ou oral não importa aqui –, que a historiografia do século XIII herdava e recusava. Assim, e em equilíbrio dinâmico com a demonização das personagens, as crónicas apresentam marcas de uma estratégia contra-discursiva tendente a apagar, ou ao menos a tornar equívocos, os elementos que objectivamente conotavam as candidatas a Jezabel com o direito ao poder ou com o seu efectivo exercício. Neste equilíbrio, quanto mais o poder transparecia, mais o processo de demonização

---

<sup>3</sup> Ver M<sup>a</sup> do Rosário Ferreira, *A lenda dos Sete Infantes: arqueologia de um destino épico medieval*, tese de doutoramento policopiada, Universidade de Coimbra, 2005, pp. 409-431, e “La mère d’Adam...”, pp. 7-9.

da mulher poderosa tinha de ser eficaz na indicição da ilegitimidade desse poder<sup>4</sup>.

Ora, em termos imagético-simbólicos, as personagens de Lambra, Sancha e Urraca, esse temível terceto de parcas hispânicas com as mãos tintas de sangue, encontram a sua natural posteridade na representação historiográfica de uma outra Urraca, sobrinha da anterior – a rainha Urraca I de Leão, filha de Afonso VI – e ainda da meia-irmã desta, por parte do pai – Teresa, condessa de Portugal. Com efeito, a imagem que a tradição cronística medieval delas nos legou é a de mulheres que não conheceram limite nem para o desejo nem para a acção. Mulheres indignas que disputaram ferozmente aos homens a quem deviam lealdade – os seus maridos, os seus filhos – o poder sobre a terra que tinha pertencido ao Imperador seu pai. Mulheres indomáveis que não souberam, ou não quiseram, refrear as paixões políticas ou eróticas ao serviço das quais colocavam o seu corpo. Um duo temível de mulheres malvadas, ambiciosas e luxuriosas, esposas de fidelidade duvidosa e mães desnaturadas. Mais do que irmãs, elas surgem como personagens gemeladas cujas histórias de vida se esclarecem e intensificam mutuamente pela recorrência dos mesmos motivos e imagens. Curiosa sobreposição, que atesta estarmos a lidar com projecções autónomas, mas não independentes, de uma mesma pré-conceptualização feminina.

A convicção de estarmos perante personagens construídas mais sobre as exigências de padrões imagético-simbólicos prévios do que sobre parâmetros devedores da realidade objectivável acentua-se quando verificamos que, salvaguardando o facto de a tradição historiográfica lhes não assacar a responsabilidade da morte de nenhum dos homens aos quais as ligam os mais estreitos laços familiares, as duas irmãs em nada se afastam do estereótipo encarnado pelas suas predecessoras. Com uma novidade formal, contudo: é que o espaço textual que lhes é concedido se reduz ainda mais. Raramente sucede participarem em episódios narrativos; pelo contrário, as

---

<sup>4</sup> Ver, para todo este parágrafo e em particular para o apagamento dos traços de poder da personagem D.Lambra nos relatos historiográficos dos séculos XIII e XIV, M<sup>a</sup> do Rosário Ferreira, *A lenda dos Sete Infantes...*, pp. 209-234, 250-254, 390-431, 443-444, 473-475, 513-519, 599-612; para o mesmo processo relativamente à condessa Sancha, ver Joana Gomes, «The female character of the *Lenda da Condessa Traidora*: the “Miona” Sancha», em curso de publicação nas *Actas do Congresso Internacional Il potere delle donne visto dagli uomini*.

suas acções apagam-se por trás de afirmações lapidares que as conotam sem remissão com os vícios e paixões a que, na óptica da misoginia medieval, as sujeitava o seu sexo. O que não deixa de ser surpreendente, se tivermos em mente que não estamos aqui, como com Lambra, Sancha, ou a primeira Urraca, a lidar com figuras lendárias ou protagonistas de hipotéticos cantares de gesta, mas perante personagens históricas de primeiro plano no intricado xadrez político peninsular do primeiro terço do século XII.

Delas não restam apenas notícias, com diversos graus de fiabilidade, sobre as datas e circunstâncias dos acontecimentos mais marcantes das respectivas vidas – nascimento próprio, casamentos, nascimento ou existência de filhos, morte. Sobreviveu-lhes, igualmente, o notável rasto que deixaram na documentação coeva – rasto esse que atesta um protagonismo político equivalente ao de qualquer homem que, à época, desempenhasse os mesmos cargos<sup>5</sup>. A presença de Urraca em escritos oficiais, abundante sobretudo para os dezassete anos do seu reinado, permite traçar com bastante exactidão o percurso factual da sua vida; quanto a Teresa, o seu papel à cabeça de uma vasta área peninsular de importância estratégica na contenção da ameaça moura, registado em quase duas décadas de documentos, torna-a também suficientemente visível para que possam esboçar-se com alguma exatidão as suas andanças e actividades ao longo desse período. Não terá sido, portanto,

---

<sup>5</sup> A relativa abundância de bibliografia especializada sobre Urraca e Teresa atesta bem este facto. Sobre Urraca, destacam-se os seguintes títulos: Bernard Reilly, *The Kingdom of León-Castilla Under Queen Urraca, 1109-1126*, Princeton University Press, 1982; M<sup>a</sup> del Carmen Pallares e Ermelindo Portela, *La Reina Urraca*, San Sebastián, Nerea, 2006; Garcia, Charles, «Le pouvoir d'une reine», *e-Spania*, 1, Junho de 2006, URL: <http://e-spainia.revues.org/document319.html>, consultado a 5 de Setembro de 2007, e «La ligne brisée, ou l'image de la malédiction du pouvoir royal à León au Moyen Âge», *e-Spania*, 3, Junho de 2007, URL: <http://e-spainia.revues.org/document375.html>, consultado a 5 de Setembro de 2007. Sobre Teresa: Marsílio Cassoti, *D. Teresa: A Primeira Rainha de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008; Torquato de Sousa Soares, "O governo de Portugal pela Infanta-Rainha D. Teresa" in *Colectânea de Estudos em Honra de Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1974, pp. 99-119, e "O governo do Conde D. Henrique de Borgonha", *Revista Portuguesa de História*, nº14, 1975, pp. 365-397. Sobre as relações entre ambas e os encontros e desencontros dos respectivos percursos políticos e imagens historiográficas, ver M<sup>a</sup> João Violante Branco da Silva, "Portugal no reino de León. Etapas de uma relação (866-1169)", in *El Reino de León en la Alta Edad Media*, León, Centro de Estudios et Investigación San Isidoro, vol. VI, 1993, pp. 537-625; Gregoria Cavero Domínguez, "El perfil político de Urraca y Teresa, hijas de Alfonso VI", in *Actas do 2º Congresso histórico de Guimarães*, t. 2, Guimarães, Universidade do Minho, 1996, pp. 7-23; Isabel de Barros Dias, "«Senhoras endiabradas» (Reines endiablées) dans quelques chroniques ibériques des XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècles" in *Reines et princesses au Moyen Âge, Les Cahiers du CRISIMA*, nº5, t. 2, 2001, pp. 809-819.

por inevitável corrupção da memória que a tradição historiográfica tendeu a assimilar um ao outro os respectivos percursos individuais, sujeitando por sua vez o padrão assim estabelecido aos ditames ideológico-formais de um paradigma de feminilidade nefasta já estereotípico.

Tanto mais que – e é aqui que esta investigação se cruza com o Caminho de Santiago e com o presente Congresso – a elaboração historiográfica sobre estas mulheres teve início nas primeiras décadas do século XII, ainda em vida de ambas e pela pena de homens que afirmam contar não o que ouviram dizer mas o que eles próprios presenciaram, aqui, em Santiago de Compostela, ou um pouco mais a Leste no caminho, em Sahágun. E, o que não deixa de ser surpreendente, em contraste com as sucintas menções que a historiografia do séc. XIII lhes irá dedicar, encontramos nestes velhos escritos latinos como personagens de pleno direito, ocupando longamente – sobretudo Urraca – a pena dos cronistas quando se trata de relatar os seus feitos ou falas. Estou a falar da *Historia Compostelana* e da primeira das *Crónicas Anónimas de Sahágun*<sup>6</sup>.

A *Historia Compostelana* cobre os anos de 1100 a 1139, período do bispado e arcebispado de Diego Gelmirez, e é contemporânea dos acontecimentos que trata. A problemática respeitante à sua autoria é complexa, mas os seus sucessivos redactores parecem ter sido recrutados no círculo mais próximo do Prelado, cujo ponto de vista a *Historia* abertamente adopta, relatando, em tom de glorificação quase épica, a acção política e eclesiástica deste em prol do primado da sua diocese<sup>7</sup>. A primeira *Crónica Anónima de Sahágun* centra-se nos desmandos cometidos, entre 1109 e 1117, pelos burgueses de Sahágun contra o Mosteiro, e parece ter sido redigida por um monge da confiança do respectivo Abade. Dela, apenas resta uma tradução tardia para castelhano; porém, o elevado grau de concordância entre esse texto e a documentação coeva leva a aceitar a autenticidade da crónica

---

<sup>6</sup> Reportar-me-ei aqui, respectivamente, à edição da *Historia Compostelana* de Emma Falque Rey (*Corpus Christianorum, Continuatío Mediaevalis*, 70, Turnhout, Brepols, 1988) e à edição das *Crónicas anónimas de Sahagún* de Antonio Ubierto Arteta (Zaragoza, Anubar, 1987) onde a primeira crónica ocupa pp.9-129.

<sup>7</sup> Ver o estudo introdutório de Emma Falque Rey à edição referida, sobretudo pp. X-XXXIII.

preexistente e a concluir que as eventuais alterações introduzidas pelo tradutor terão incidido mais na forma do que no fundo do relato<sup>8</sup>.

Não pretendo que seja possível, através destas obras, aceder ao conhecimento da “verdadeira” Urraca ou da “verdadeira” Teresa. Seria ingenuidade assumir que um testemunho escrito, pelo facto de ser coevo dos acontecimentos que relata ou das personagens que retrata, e por o seu autor ter participado naqueles ou conhecido estas, transmite uma imagem rigorosa do passado. Na verdade, jogam contra esse rigor factores circunstanciais atinentes à parcialidade de quem vê e conta relativamente ao seu objecto – factores que podem por vezes ser inferidos a partir do próprio tom do relato, pondo em guarda o leitor. E entram em jogo também factores muito mais subtis e difíceis de identificar e contornar, como a inevitável codificação da informação, que, no processo da sua passagem à escrita, e neste caso a um tipo de escrita com tão longa tradição e tão abundantes modelos como a escrita historiográfica, tem de se conformar com um complexo padrão de parâmetros éticos e estéticos culturalmente determinados – factores reconfigurantes que medeiam o trânsito de elementos do universo referencial da realidade para o universo representacional da literatura, investindo-os de sentido<sup>9</sup>.

Todavia, estas limitações da escrita historiográfica, se por um lado nos desenganam de tentarmos encontrar no texto a Urraca e a Teresa reais, as mulheres que verdadeiramente existiram, por outro permitem-nos procurar nele a Urraca e a Teresa conceptualmente possíveis na época e no meio em que viveram. As imagens que os redactores das crónicas coevas foram capazes de

---

<sup>8</sup> Ver as palavras introdutórias de Antonio Ubieto Arteta à edição referida, pp. 5-6, e as numerosas notas em que, ao longo da edição, documenta as concordâncias entre o texto da primeira crónica e a documentação coeva.

<sup>9</sup> O pensamento de Hayden White sobre os limites, os pressupostos e os códigos da formulação narrativa de acontecimentos e sobre a interpenetração entre representação histórica e ficção é paradigmático a este respeito (ver, por exemplo, as colectâneas de ensaios deste autor *Metahistory*, Baltimore, Johns Hopkins Univ. Press, 1973, *Tropics of Discourse*, Baltimore, Johns Hopkins Univ. Press, 1978, e *The Content of the Form*, Baltimore, Johns Hopkins Univ. Press, 1987). As considerações mais especificamente medievais de Gabrielle Spiegel em *The Past as Text*, Baltimore, Johns Hopkins Univ. Press, 1997, sobre a lógica do texto historiográfico enquanto constructo cultural nas suas dimensões literária, social e política, completam este quadro de referências.

inteligir e acharam adequado fixar da actuação política, do papel social e das circunstâncias pessoais de duas mulheres inegavelmente muito poderosas.

Não tenciono aqui deter-me nas questões políticas de fundo que nortearam o percurso destas personagens. Isso será assunto da conferência do António Resende a este Congresso. Pretendo apenas elucidar a construção que a *Historia Compostelana* e a *Crónica de Sahágun* fazem das duas irmãs. Antes de mais é necessário salientar que a presença de Urraca de Leão é nestes textos muito mais forte do que a de Teresa de Portugal. O que é perfeitamente lógico pois tanto Compostela como Sahágun faziam parte integrante da geografia sob influência política directa de Urraca, enquanto os interesses e a actuação de Teresa se situavam prioritariamente no território portugalense. Posto isto, a *Historia Compostelana* e a *Crónica de Sahágun* opõem-se diametralmente na valorização moral que fazem da personagem de Urraca, de quem o monge de Sahágun afirma que “ansí como hera de alta nobleça e de sangue real e de gran fermosura, ansí hera de gran prudência e de graçiosa fabla e eloquencia”<sup>10</sup>, enquanto o clérigo compostelano, furtando-se a uma caracterização directa pormenorizada, tende a refugiar-se em generalidades acerca dos vícios, paixões e fraquezas que reputa próprios da natureza feminina e de que, naturalmente considera que a Rainha comunga. Mesmo assim, é possível recolher no seu texto um bom número de observações negativas directas sobre Urraca, que dava facilmente ouvidos a boateiros e detratores, era mulher de fidelidade inconstante cujo ânimo feminino e fraca autoridade a tornavam inimiga da paz e da justiça e fonte de desolação do reino<sup>11</sup>, enfim, uma perfeita Jezabel, epíteto com que a *Historia* repetidamente a designa. Por seu lado, Teresa, adversária de Urraca em variadas circunstâncias políticas realcionadas com o exercício da soberania nos territórios legados pelo pai de ambas, inverte esta polaridade: astuta e interesseira na perspectiva de Sahágun, protectora e providencial na de Compostela. Em ambas as obras a vemos denunciando a irmã; porém,

---

<sup>10</sup> Ed. Ubieta cit., p.110.

<sup>11</sup> Ed. Falque cit, “eam susurronimus atque detractoribus facile acquiescere”, l.102, p. 172; “instabilem mulieris fidem, molle imperium”, “depopulatricem regni, pacis et iusticie inimicam”, l.108, p. 185; “apostatricem pacis et fidei violatricem et totius Hispanie perturbatricem” ll.42, p. 289. Os exemplos poderiam multiplicar-se.

enquanto no texto de Sahágun se trata da denúncia de uma inventada tentativa de envenenamento de Urraca sobre a pessoa do seu segundo marido, o rei Afonso I de Aragão, na crónica de Compostela trata-se do aviso ao bispo Diego Gelmirez para que se precate contra os planos de Urraca para o prender, planos inimagináveis de tão perversos, diz o redactor, mas bem reais, pois que acabaram por se concretizar<sup>12</sup>. Como quer que seja, a divergência dos textos na determinação da polaridade do eixo do bem e do mal correspondente a cada uma das irmãs não impede que sejam concordes no tipo de imagem que delas transmitem.

Começemos por Urraca. A sua presença é central nos relatos, pois em ambos a personagem que detém a coroa de Leão e Castela, no caso vertente a Rainha, tem uma função estruturante. Na *Crónica de Sahágun*, só não será exacto dizer que é a protagonista porque o próprio Mosteiro, enquanto entidade dotada de uma identidade de nível superior, se lhe sobrepõe ao imprimir os acontecimentos narrados com um sentido último que a transcende. Com efeito, esse texto estabelece uma relação de contiguidade significativa entre as desfeitas e humilhações sofridas por Urraca às mãos do rei de Aragão e dos burgueses insurrectos que a desafiavam nas vilas do seu próprio reino, por um lado, e, por outro, as desgraças e perdas que, após a morte de Afonso VI e o infausto segundo casamento de sua filha e sucessora com Afonso I de Aragão, se abatem sobre o Mosteiro, começando por um ano de esterilidade e vinho azedo e prolongando-se pelos repetidos saques perpetrados pelos aragoneses e pelos desmandos dos revoltosos vizinhos de Sahágun, que se recusavam a continuar a respeitar e pagar os direitos e privilégios instaurados pelo Imperador. É nesta sede quase alegórica que devem ser lidos os infortúnios de Urraca aqui narrados, alguns de valor emblemático, como o episódio em que, desrespeitando as prerrogativas da senhora natural da terra e das gentes da Galiza, Castela e Leão, o estrangeiro Afonso de Aragão mata um vassalo da rainha que se tinha acolhido sob a protecção do manto desta. Segundo a *Crónica*, essa suprema humilhação teria sido o desencadeador próximo da primeira separação do régio casal. A mesma leitura pode ser feita do realce

---

<sup>12</sup> Ver, respectivamente, ed. Ubieta cit., p. 62, e ed. Falque cit., II.42, pp. 286-288.

dado pelo monge de Sahágun à dor e indignação veementemente expressas por Urraca quando, impedida pelos burgueses amotinados de entrar em Sahágun, se vê privada de um dos seus mais sagrados direitos, o de visitar o túmulo de seu pai e sua mãe, situados no Mosteiro<sup>13</sup>.

Quanto à *Historia Compostelana*, o protagonismo é decisivamente de Diego Gelmirez; porém, Urraca mostra-se, ao longo do seu reinado, a digna deuteragonista do relato. São narradas em detalhe as repetidas aproximações, afastamentos, rupturas e reconciliações políticas do Prelado e da Rainha, que, ao sabor das circunstâncias ora se colocava do lado deste e de seu filho Afonso Raimundes em prol da Galiza, ora seguia uma política de subjugação do território galego aliando-se quer a seu marido Afonso de Aragão, quer ao partido da nobreza castelhana. Copiosas páginas são dedicadas pelo redactor à descrição das manobras, intrigas, traições e falsos arrependimentos de Urraca, insinuando sempre a sua ânsia de poder e a sua inaptidão para o exercer, e contrapondo à sua deplorável actuação a incansável vigilância e adequada resposta de Diego Gelmirez na defesa dos interesses da Galiza e do seu rei-menino, o futuro Afonso VII.

A *Historia Compostelana* não põe em causa o direito de Urraca à sucessão de seu pai; contudo, empenha-se em mostrá-la vítima de situações nas quais é incapaz de fazer valer a autoridade que lhe assiste e mesmo de assegurar a sua integridade física face à violência dos tumultos que a cercam. É o caso da terrível cena do incêndio da Igreja de Santiago pelos compostelanos e do assalto destes à torre sineira onde Urraca e o Diego Gelmirez, nesse momento aliados contra os burgueses da cidade, se tinham refugiado. A *Historia* mostra Urraca atacada pela população em fúria que lhe rasga as vestes, a apedreja e a deixa depois, nua e ferida, jazendo num lodaçal, sem que uma mão a ajude a levantar ou lhe estenda um farrapo com

---

<sup>13</sup> Ver ed. Ubieta cit, pp. 29-30, para o vinho azedo; pp. 32-33, para o vassalo morto; e pp. 63-64 para o lamento de Urraca. Apenas numa breve nota, já que não é possível neste breve espaço levar mais longe a comparação, não deixa de ser curioso notar como esta crónica concentra em torno de Urraca um conjunto de situações, imagens e fórmulas que a historiografia posterior irá afectar a outras protagonistas poderosas: a tentativa de envenenamento com ervas pela Condessa Sancha na *Chr. Najerensis*, o servidor morto sob o manto de D. Lambra em Barbadillo, que surge na *Estória de España*, e o lamento da outra Urraca (irmã de Afonso VI e tia desta) perante o deserdamento dos reinos de seu pai, que dará entrada na historiografia pela porta da chamada *Crónica de Veinte Reyes*.

que se cubra, até que, pela calada da noite, desgrenhada, desfigurada, o corpo nu envolto em lama, se ergue e corre esconder-se numa igreja próxima<sup>14</sup>. Cena emblemática também, mas desta vez da incompatibilidade entre a condição de mulher de Urraca e as exigências da sua posição de Rainha, transpondo para o plano concreto da debilidade física a fraqueza própria do seu sexo que a *Historia Compostelana* repetidamente invoca como raiz da incapacidade de reinar em paz e justiça que constantemente lhe assaca.

Voltando à *Crónica de Sahágun*, verifica-se que esta se posiciona no mesmo eixo ideológico. Embora nunca discuta a legitimidade de Urraca no trono que seu pai lhe legara – muito pelo contrário, afirma-a explicitamente –, considera desde o primeiro instante que, sozinha, a rainha não poderá reinar. “Tu non podrás gobernar, nin retener el reino de tu padre e a nosostros regir, si non tomares marido” são, segundo o redactor, as palavras dos condes e nobres da terra à nova Rainha logo após o enterro do Imperador. No dizer da *Crónica*, a própria Urraca partilharia o mesmo sentimento de impotência, pois, num momento em que, separada do rei de Aragão, se confronta com complicadas decisões políticas implicando o conde Henrique de Portugal, seu cunhado, e sua irmã Teresa, ressentida o estatuto de poder em que vê a irmã “mayormente como se viesse destraída y desanparada del solaz baronil, e a su hermana berla com el ayuntamiento de varón sobressalir”<sup>15</sup>.

Tal como os seus contemporâneos no-la mostram, Urraca, mesmo sendo Rainha, é, antes de mais e acima de tudo, mulher. E, enquanto mulher, participa dessa falha essencial do seu sexo, que é, como a *Compostelana* repetidamente afirma do alto da misoginia clerical e essencialista que a enforma, uma fraqueza constitucional, de corpo e de ânimo. Um ânimo mulheril e sem vigor para governar o reino, que, se não torna ilegítimo o uso do poder, o torna ineficaz e até nefasto<sup>16</sup>. Ambos os textos insistem também – mas, significativamente, sem concretizar com nomes – na permeabilidade de Urraca

---

<sup>14</sup> Ver ed. Falque cit, I.114, sobretudo p. 202-203.

<sup>15</sup> Ed. Ubieta cit, respectivamente p. 26, para as palavras dos nobres, e p. 41, para os ressentimentos de Urraca.

<sup>16</sup> A *Compostelana* é taxativa a esse respeito. Ver ed. Falque cit, I.102, p. 172: “sancti Iacobi episcopus ... eius animus ad regendum in pace et iustitia Hyspanie regnum femineum et eneruem noueret”.

a influências negativas e a maus conselhos – uma outra manifestação dessa proverbial fraqueza feminina. É interessante notar, contudo, que nenhum dos textos prosseguiu na senda da debilidade e da influenciabilidade de modo fazê-las decorrer das motivações luxuriosas que tão pesadamente hão-de marcar a representação de Urraca na crónica do século XIII – por enquanto, ela é Jezabel, sim, mas pelo poder que exerce sobre o destino de homens santos, leia-se sobre o prelado de Compostela, não pela lascívia<sup>17</sup>. Não importa aqui discutir a realidade dos seus amantes, quais e quantos. O que é relevante é que nenhuma das narrativas, nem a que exalta nem a que vilipendia a Rainha, achou adequado ou útil para os seus propósitos fazer assentar na existência deles as motivações subjacentes à actuação política desta. E o mesmo pode ser dito acerca de Teresa<sup>18</sup>.

Tudo se passa como se um qualquer impedimento ético detivesse a misógina pena dos redactores no momento em que esta poderia aviltar a origem do poder exercido por cada uma destas mulheres, poder a que presidia, afinal, um direito sucessório que nem a *Historia* nem a *Crónica* contestam. Pelo contrário, a exploração da linha de sentido aberta pela constatação da incontornável feminilidade de Urraca leva em ambos os textos à frequente figuração da Rainha manejando com admirável mestria armas entendidas como naturalmente próprias de mulheres: o dom da palavra e a eloquência das

---

<sup>17</sup> Com efeito, as sete vezes que a Compostelana dá tal epíteto a Urraca estão concentradas em apenas dois capítulos (I.42 e II. 53), aonde é descrita ou referida com emocionada indignação a prisão de Gelmirez por ela ordenada.

<sup>18</sup> O Conde Gomes que morre na batalha de Candespina irá ser referido pela *Primeira Crónica de Sahágun*, mas sem que seja insinuado qualquer envolvimento de Urraca com ele (ver ed. Ubierta cit., pp. 40, 68). A expressão “morar com la reina” (p. 40) que lhe é aplicada recorre no texto com o abade de Sahágun (p. 90), pelo que julgo de excluir quaisquer implicações eróticas, independentemente de considerações filológicas sempre difíceis de alicerçar sobre uma tradução. Na *Historia Compostelana* torna-se difícil identificar com tal personagem os dois nobres galegos Gumesi Nuniz ou Gumez aí mencionados e que nenhuma insinuação do texto liga à rainha. Quanto ao Conde Pedro Gonzalez de Lara, irá ser referido apenas nesta última crónica, onde surge várias vezes em conjunto com outros nobres testemunhando decisões ou documentos régios. A relação amorosa desta personagem com Urraca, “firmissima amoris cathena V. regine obsequi solitus erat” (ed. Falque cit., II.8, pp. 234-235), é explicitada numa ocasião em que o que está em causa não é a actuação política da Rainha mas a prisão do Conde pelos adversários desta. Uma outra breve alusão à relação de Pedro de Lara com a Rainha figura na secção de texto posterior à morte desta, no contexto do antagonismo entre esse fidalgo e Afonso VII e como esclarecimento das razões do dito antagonismo; o sujeito da acção, “adulterine concuberet et ... filios et filias genuerat” (III.25, p. 458), é, curiosamente, Pedro de Lara e não Urraca. A relação de Fernão Peres de Trava com Teresa tem na *Compostelana* uma inscrição textual em tudo paralela, e ocorre no mesmo local (III.25, p. 458).

lágrimas. A primeira destas características será também, em ambos os textos, apanágio de sua irmã Teresa.

Não deixa de ser interessante notar como a própria *Historia Compostelana* faculta os elementos que denunciam a convencionalidade da caracterização de Urraca segundos os parâmetros de uma feminilidade incapacitante para o poder. Com efeito, quando o redactor procura um móbil concreto para a actuação de Urraca no sentido de limitar as prerrogativas do Prelado e da Diocese de Compostela, invoca a desmedida cobiça da Rainha – exactamente o mesmo vício que irá, muitos capítulos adiante, ser assacado a seu filho Afonso VII para o descredibilizar na prossecução de uma política semelhante<sup>19</sup>. Ou seja, posto perante a necessidade de extremar campos num conflito de poderes políticos, o redactor abandona os estereótipos de feminilidade e masculinidade e recorre a outros parâmetros, caracterizadores da oposição entre poder temporal e poder espiritual, mais adequados à representação da situação conflitual em causa – a qual mantinha a sua especificidade contextual, independentemente de ser travada contra um Rei ou uma Rainha. Numa lógica equivalente, o redactor repudia as investidas militares de Teresa nos territórios galegos de seu sobrinho Afonso VII com o mesmo argumento que irá usar, após a morte desta, para condenar a rebeldia armada de Afonso Henriques contra o mesmo Afonso VII, seu primo: tanto mãe como filho estariam movidos pela soberba, que os levava a quebrar o serviço ao seu legítimo suzerano<sup>20</sup>. Uma vez mais, os parâmetros usados para julgar o exercício feminino ou masculino do poder fundem-se quando, por trás das personagens intervenientes num conflito, se perfilam valores – neste caso a ordem feudal – cuja relevância política ou social externa ao texto se sobrepõe à necessidade de diferenciação interna das identidades sexuais daqueles que detêm o poder. Em ambas as situações referidas, é visível uma ameaça à hierarquia de valores e poderes esposada pela crónica – o espiritual sobre o temporal, o respeito pela ordem feudal. Assim sendo, a anulação das

---

<sup>19</sup> Ver ed. Falque cit, respectivamente II.42, pp. 289, 292-293 (Urraca) e II. 86, 86, pp. 396-403 (Afonso VI).

<sup>20</sup> Ver ed. Farque cit, respectivamente II.84, pp. 395-396 (Teresa) e III.24, pp. 458-459 (Afonso Henriques).

diferenças entre os sexos não joga no sentido de exaltar os protagonistas da acção relatada mas de os censurar, donde resulta que o retrato feminino não é de forma alguma favorecido por esta circunstância. Seja como for, em contraluz da dimensão ética dos conflitos relatados, o que se desenha não é uma Rainha ou um Rei opondo-se ao Arcebispo, uma Condessa ou um Conde desafiando o Imperador. É Castela e Leão defraudando as expectativas Galegas, é Portugal rebelando-se contra a realeza da Espanha. Num caso como noutro, a natureza feminina de Urraca e de Teresa tornou-se um mero acidente que em nada afecta o facto de cada uma delas ser entendida como a encarnação do poder político no território que representa: aos olhos do redactor, e não menos do que seus filhos Afonso Henriques e Afonso Raimundez virão a ser, Urraca é Leão e Castela, Teresa é Portugal.

De Urraca muito ficou por dizer, de Teresa pouco foi dito. Outros textos ainda do século XII, como o *Chronicon Compostellanum* ou a *Chronica Adefonsi Imperatoris*, ou as narrativas hagiográficas conimbricenses *Vita Telonis* e *Vita Theotonis*<sup>21</sup> permitiriam afinar em alguns pontos os padrões subjacentes ao entendimento e representação coevos destas duas singulares mulheres. Como quer que seja, penso que esta breve apreciação autoriza já a considerar que, na primeira metade do século XII peninsular, havia ainda lugar para a representação historiográfica do poder nas mãos de uma mulher que o detinha por direito legítimo e o exercia em seu próprio nome – mesmo que essa representação pudesse ser, na sua substância, negativa. Se, por um lado, as crónicas manifestam as maiores reservas quanto à capacidade feminina para esse exercício, é evidente, por outro, que de forma alguma contestam a sua legitimidade. O que, aliás, em nada colidia com o costume autóctone, enraizado nas tradições de certas regiões do norte peninsular, que – em épocas mais ou menos remotas mas com reflexos na organização social das populações ainda nos finais da Alta Idade Média – parece ter feito incidir nas mulheres e na ascendência feminina as condições propiciatórias do uso do

---

<sup>21</sup> Embora qualquer destes três últimos textos seja já seguramente da segunda metade do século XII, e portanto várias décadas posterior à morte das duas irmãs, ocorrida respectivamente em 1126 (Urraca) e 1130 (Teresa).

poder soberano<sup>22</sup>. Nos primeiros séculos da Baixa Idade Média, contudo, estava já em curso a assimilação, entre a nobreza, do modelo de supremacia masculina fundada num estrito princípio de patrilinearidade, importado de além-Pirineus<sup>23</sup>. E em breve a hegemonia da nova estrutura familiar iria sancionar o triunfo da androcracia.

Por isso foi a historiografia do século XIII e XIV tão hostil a Urraca de Leão e Castela e a Teresa de Portugal, vilipendiando-as ou ocultando-as como testemunho incómodo de uma época já morta, e de preferência esquecida, onde as instituições políticas e familiares não tinham ainda sabido confinar as mulheres ao lugar que doravante lhes iria convir. Tantos séculos volvidos, vale a pena voltar ao Caminho de Santiago e aos textos que nele circularam para recordar que, no tempo em que viveram as filhas de Afonso VI, e em que lhes deram corpo literário os clérigos de Compostela e de Sahágun, a figura da poderosa senhora da terra, da Miona ou Miana, como parece que a tradição a designava, não era ainda um paradigma perdido.

Maria do Rosário Ferreira

Universidade de Coimbra

Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade\*

---

<sup>22</sup> Ver a este respeito A. Barbero de Aguilera, "Pervivencias matrilineales en la Europa Medieval: el ejemplo del Norte de España", in *La condición de la mujer en la Edad Media*, Madrid, Universidad Complutense, 1986, pp. 215-222; A. Barbero de Aguilera e M. Vigil Pascual, "Cántabros y vascones desde fines del Imperio Romano hasta la invasión musulmana", in *Sobre los orígenes sociales de la Reconquista*, Barcelona, Ariel, 1974, pp. 13-103, *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*, Barcelona, Crítica, 1978 (sobretudo pp. 327-353); M. Vigil Pascual, M. (1977), "Romanización y permanencia de estructuras sociales indígenas en la España septentrional" in A. M. Prieto Arciniega, org., *Conflictos y estructuras sociales en la Hispania Antigua*, Madrid, Akal, 1977, pp. 129-137; M. Salinas de Frias, *La organización tribal de los vettones*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1982, (sobretudo pp.61-63).

<sup>23</sup> Ver, para o contexto leonês e castelhano, Isabel Beceiro Pita e Ricardo Córdoba Llave (1990), *Parentesco, poder y mentalidad: la nobleza castellana siglos XII-XV*, Madrid, CSIC, 1990; para o contexto português, os três ensaios de José Mattoso, "Sobre a estrutura da família nobre portugalense" in *A nobreza medieval portuguesa - a família e o poder*, Lisboa, Estampa, 1981, pp. 371-386, "Notas sobre a estrutura da família medieval portuguesa" in *A nobreza medieval portuguesa - a família e o poder*, Lisboa, Estampa, 1981, pp. 387-415, e "Estruturas familiares e estratégias do poder: a Nobreza de Entre-Douro-e-Minho", *Cadernos do Noroeste*, Braga, Universidade do Minho, 1986, pp. 80-99.

\* Linha de Investigação do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto (FCT).